

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

LEILA ALMEIDA

“TRABALHO NO CDP: RELATO DE EXPERIÊNCIAS
E
PERSPECTIVAS DE REFLEXÕES”

1.634 S.9
1C

Dezembro/1995

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA COMS
CAMPUS SANTA MÔNICA - Bloco 1 Q (Antigo Mineirão)
AV. UNIVERSITÁRIA S/N.º
38400-902 - UBERLÂNDIA - M.G. — BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA COMS
CAMPUS SANTA MÔNICA - Bloco 1 Q (Antigo Mineirão)
AV. UNIVERSITÁRIA S/N.º
38400-902 - UBERLÂNDIA - M.G. — BRASIL

LEILA ALMEIDA

**“TRABALHO NO CDP: RELATO DE EXPERIÊNCIAS
E
PERSPECTIVAS DE REFLEXÕES”**

**MONOGRAFIA APRESENTADA COMO
EXIGÊNCIA PARCIAL PARA OBTENÇÃO
DO BACHARELADO EM HISTÓRIA NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA, DEPARTAMENTO DE
HISTÓRIA, SOB A ORIENTAÇÃO DO
PROF. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA.**

Dezembro/1995

AGRADECIMENTOS

Aos amigos e companheiros de todos os momentos
Robson e Sanderly,

À mestra e amiga Coraly Gará Caetano, pelo apoio
e carinho,

Ao meu orientador e amigo particular Paulo
Roberto Almeida,

Aqueles que em algum momento, dedicaram seu
tempo e atenção, ouvindo, concordando ou
divergindo, contribuindo no caminho de minha
formação, tanto pessoal quanto profissional.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho:

Às minhas filhas, Thalita e Thays Kristina, com quem negociei cada dia de aula, provas e trabalhos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
PARTE I	
O NASCIMENTO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO POPULAR - 1985	11
PARTE II	
“A EXPERIÊNCIA DE REORGANIZAÇÃO DO CDP”	24
PARTE III	
PERSPECTIVAS DE REFLEXÃO	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
FONTES	62
BIBLIOGRAFIA	63

APRESENTAÇÃO

Refletir acerca dos compromissos e práticas do historiador é uma tarefa complexa. Passa em primeiro lugar por tentar repensar os conceitos e compromissos assumidos com relação à história, e ao lado disso admitir uma dada perspectiva em relação às várias possibilidades.

Desde que recebi as primeiras instruções acerca desse ofício através do contato com a teoria já produzida com as diversas linhas historiográficas, pude caminhar no sentido de além de reconhecer-me como sujeito-agente da história, atuar como espectador das experiências sociais. Mais que isso, aprender a dupla natureza do sujeito-historiador: agente que intervém politicamente no processo histórico - como cidadão e como instrumento crítico da sociedade.

Em princípio preocupava-me com aquela perspectiva voltada para uma história global e sentia esbarrar nas limitações humanas quanto aos problemas quantitativos dessa leitura. Porém, a própria discussão historiográfica caminhou no sentido de valorizar não mais apenas os aspectos quantitativos, mas a tentativa de voltar-se para o qualitativo. À medida porém, que adentrava neste campo, notei que também as dificuldades se ampliavam. Era preciso além de tentar recuperar os movimentos ou momentos históricos, estar atenta às questões como objetividade histórica, imparcialidade e outros critérios da historiografia tradicional.

Ora, por mais que se esforce, o historiador não pode ou não consegue ser apenas espectador de experiências. Encontra-se imbuído de perspectivas,

interesses, visões de mundo, compromissos, que são fruto de uma experiência vivida no presente - que lhe é particular e única, e que em alguma medida norteia seus interesses. Sua leitura da realidade, por mais que se exima de expressar valores, estará respaldada por esta experiência - a da percepção da realidade, que é individual, única.

Nesse sentido, muitas são as questões que se colocam e algumas delas desejo apresentar no decorrer desta monografia. Preocupa, sobretudo, equacionar a relação historiador-sociedade e o(s) significado(s) da preservação, recuperação das fontes produzidas por movimentos populares (organizados ou não).

Também a difícil tarefa de enfrentar a reflexão sobre problemas contemporâneos em que estou envolvida, e em particular minha experiência no trabalho de montagem do Centro de Documentação Popular. Em outras palavras, redimensionar a prática do historiador com seu objeto/sujeito de investigação. Abordar, assim, questões tais como o distanciamento na História, a tão desejada objetividade, que a meu ver merece uma reavaliação, como também as questões relativas à memória, à metodologia.

Embora as questões acima colocadas tenham espaço significativo na historiografia tradicional, uma vez que voltam-se prioritariamente para discutir questões como ciência, verdade, documento, período, acredito que estas análises deixam muito a desejar quando novas questões se colocam à sociedade e ao historiador. Neste sentido, a perspectiva com que vem sendo desenvolvida a História Social, especificamente aquela produzida pela Historiografia Marxista Inglesa, fornece elementos e permite avançar na reflexão acerca destas questões.

Refletir acerca do trabalho realizado no CDP e seu(s) significado(s), requer, a meu ver, redimensionar o modo de organização das fontes, a questão da relação do particular e o universal, a metodologia. Tratam-se de fontes, versões diferenciadas - uma diversidade de perspectivas que não cabem ou não se ajustam a um padrão único de procedimentos metodológicos. Assim, apreender questões que não se colocaram à Historiografia tradicional, por omissão, justificativas ou ainda metodologia (aquela construída para legitimar determinada concepção de sociedade), me parece questionável, uma vez que compreendo que nem o historiador, nem a metodologia são neutros. Nessa mesma linha, pode-se dizer que a produção de fontes, a sua preservação e recuperação, também não escapam aos interesses políticos que envolvem a manutenção do conceito de uma História evolutiva, única e harmônica. Sob esse aspecto, vale considerar que toda a organização obedece à uma política de seleção na organização que privilegia certo tipo de documentação, que por sua vez, subsidia esta prática de intervenção e leitura da sociedade.

Nuna primeira observação é preciso notar que a História Social, desenvolvida recentemente pelos marxistas ingleses em oposição à História Tradicional e a História Social dos Annales, forneceu-nos reflexões sobre a necessidade de considerarmos que as sociedades históricas são complexas, apresentando grande heterogeneidade de expressões e diversas formas e práticas sociais. Daí a necessidade de assumirmos uma visão mais ampla - pronta a identificar nessa esfera de experiências sua própria lógica - o respeito à multiplicidade de fontes - sua alteridade no diálogo com as mesmas.

A experiência de trabalho com fontes de movimentos populares/sindicais, realizada no CDP propiciaram-me a visualização de muitas questões teórico-práticas - questões que apesar de aparentemente resolvidas no campo metodológico surgem ainda como situações a serem repensadas no trabalho cotidiano. Entre elas, a dificuldade de perceber nas diversas formas de linguagens uma visão de mundo, uma interpretação peculiar da realidade, e acima de tudo uma via de intervenção nessa realidade, na perspectiva de cada segmento analisado. Estas linguagens, embora específicas ao grupo em alguns momentos se entrecruzam. Fato explicável se levarmos em consideração que estes grupos compartilham do mesmo momento histórico ou seja, do enfrentamento de questões conjunturais que lhes afetam.

A exemplo disso, pretendo considerar a caracterização da documentação existente no CDP. Esta documentação datada de fins da década de 80 ao início da década de 90 permite verificar que apesar das diferentes leituras, se posicionam frente às questões que lhes são comuns. Nesse sentido, vale recuperar a trajetória do Centro no acervamento ou no colecionar deste material. Devendo-se atentar para o fato de que todo o material recolhido foi produzido ou elaborado a partir de uma dada conjuntura política.

Buscando recuperar esta trajetória do Centro, bem como a experiência de trabalho realizada, enquanto bolsista do PIBIC/CNPq/UFU, e as reflexões nascidas ali, organizei esta monografia em três momentos distintos. Quais sejam:

Num primeiro momento busquei recuperar o nascimento do CDP, em 1985, e apontar as perspectivas assumidas pelo grupo que o organizava.

Procurei perceber as questões que já se colocavam ao Centro e a seus participantes, problemáticas que são, em certa medida, comuns a um centro de documentação popular. Entre elas, as relativas à organização, divulgação, auto-sustentação do mesmo. Também as questões políticas, a relação com os movimentos, entidades sindicais e outras, bem como sua perspectiva de trabalho e seus projetos.

Considero pertinente observar tais questões pois, se observarmos estas ainda se colocam no dia a dia do CDP - entre elas, a de assumir uma perspectiva tanto historiográfica, quanto política.

Já no segundo momento, busquei apresentar o trabalho de reorganização do Centro, do estabelecimento de suas perspectivas, da preocupação com a recuperação e preservação da memória popular, e das reflexões que emergiram no trabalho cotidiano.

Cabe nesse sentido observar a trajetória do Centro nos dois últimos anos, visualizando tanto os avanços quanto as dificuldades encontradas no trabalho. Particularmente, aquelas ligadas à minha experiência de trabalho.

E nesse sentido, passo a um terceiro momento, onde busco apresentar as reflexões que foram possíveis, pautadas em minha experiência, sendo elas quanto à historiografia, às questões do método, da subjetividade/objetividade, da importância da reflexão constante no trabalho com a documentação de movimentos populares, dos avanços possíveis nessa perspectiva de trabalho ou das barreiras enfrentadas. Ainda nesse sentido, procurei apontar minhas expectativas quanto à continuidade do Centro de Documentação Popular,

compreendendo como um “locus” para o debate e para a tentativa de avançar na análise historiográfica e na investigação sobre o social.

Contudo, desejo deixar claro que este trabalho não pretendeu, em nenhum momento, formular respostas conclusivas (definitivas). Há ainda muito a refletir/pensar sobre as questões colocadas, até porque, considero de antemão, que o trabalho do historiador (ou daquele que se pretende historiador), deve pautar-se pela constante reflexão e revisão, tanto teórica quanto prática.

As reflexões apontadas por essa monografia são apenas o início de um longo caminho a percorrer. Devem ser aperfeiçoadas pois, reconheço que são fruto de um momento de formação - devem portanto, ser amadurecidas com a experiência.

Ficam contudo, enquanto registro que busca contribuir no sentido de explicitar a experiência de trabalho realizado, ainda que esta se proponha a refletir sobre questões já resolvidas pela teoria. Aponta para a prática - “terreno” onde emergem as dúvidas, as indagações que permitirão a construção de uma postura, tanto teórica quanto política e crítica, ao longo de toda formação.

PARTE I

O NASCIMENTO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO POPULAR -

1985

Entre as décadas de 80 e 90 vários movimentos populares expressavam seu descontentamento e a necessidade de mudanças nas relações sociais. Desejavam intervir à partir de suas organizações no direcionamento das questões políticas do país, que apresentava naquele momento um ambiente de intensos conflitos (tanto políticos, econômicos quanto sociais). Neste aspecto, vale considerar a dinâmica que estes movimentos populares imprimiram a esta conjuntura.

Movidos em razão de uma realidade que confrontava seus interesses, buscavam ou se preocupavam em melhor compreender as possibilidades de sua atuação - mecanismos de ação/intervenção nos processos em que estavam inseridos.

Assim, o CDP enquanto uma experiência de recuperação da documentação relativa à estes movimentos nasce com certas peculiaridades - um grupo de estudantes de História, professores do Depto. de Filosofia e militantes do Partido dos Trabalhadores, imbuídos com a preocupação de preservar a memória desta experiência, organizaram-se buscando implementar formas de recolher e acervar este tipo de documentação.

Levantaram fontes dos mais variados tipos, origens e formas - de diversos movimentos: sindicais, bairro, mulher, criança, leigos católicos, partidários, políticos - sendo eles: jornais, panfletos, revistas, informativos, folders, livros, entre outros. A observação da quantidade e qualidade da documentação acervada permite refletir acerca da dinâmica e heterogeneidade dos movimentos populares e consequentemente, da sua importância.

À primeira vista, parece que o CDP priorizou a conservação, organização de fontes dos movimentos organizados, particularmente sindicais e populares, sem contudo relegar a importância daqueles que ressentiam-se de uma estrutura organizativa mais aprimorada, como os movimentos de bairros, entre outros.

Nesse sentido, a iniciativa desse grupo, pautava-se na perspectiva de preservar e organizar fontes, que viabilizassem o estudo e análise desses movimentos. Ou seja, criar um suporte material/concreto visando o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa histórica.

A intenção não era contudo a de sacralizar estas fontes ou o arquivo, retomando assim uma prática antiga, apesar da nova retórica. O grupo procurava colocar sua perspectiva política quanto à sua atuação: esta devia pautar-se nas tarefas de estar trabalhando junto aos movimentos, auxiliando na percepção de instrumentos de participação/intervenção na sua realidade de lutas concretas, cotidianas. Nessa medida o Centro não se pretendia criador desses instrumentos, mas um aliado nessa busca, o que deixa claro que não pretendia tutelar o movimento, e sim participar de suas elaborações enquanto “movimento”¹. O

¹ - O conceito de movimento que utilizo aqui não é aquele para designar apenas as entidades ou grupos organizados. A intenção é compreender o conceito no seu

grupo entendia, por outro lado, a participação dos movimentos neste trabalho de organização e preservação da documentação produzida, possibilitando o estabelecimento de sua memória, como parte desse processo de co-produção de suas práticas de resistência.

Para o grupo, o arquivo do CDP, ao contrário de tornar-se mais um “quarto empoeirado” da história, onde historiadores buscam vida em formas amorfas, devia tornar-se parte viva da dinâmica desses movimentos. E nesse sentido, orientá-los ou possibilitar-lhes uma orientação que dinamizasse a tarefa de auto-organizarem-se, de preservação de sua memória, através de seus próprios arquivos. Destituí-los desta tarefa seria torná-los meros objetos de observação e não parte integrante dos processos de transformação e mudança da história.

Essa intenção pode ser percebida no relato do próprio grupo. De acordo com o primeiro Jornal do CDP, o Centro pretendia:

“...o registro de nossa história e dos acontecimentos que nos envolvem no dia-a-dia tem uma importância muito grande para a organização sindical, e popular. É através da história de nossas lutas que compreendemos nossos erros e acertos. Sabemos que os meios de comunicação de massa pertencentes aos patrões e governos - não tem interesse em divulgar e registrar a luta dos trabalhadores em geral. Por esse motivo, torna-se importante que o próprio movimento se responsabilize em registrar e divulgar sua caminhada”².

sentido mais amplo, de conflitos, manifestações, resistências apresentadas no cotidiano da sociedade.

² - Jornal CDP, ano 0, no. 01, Udia, 1989.

Com essa declaração o grupo buscava tornar clara a intenção do Centro de preservar a documentação produzida por esses movimentos, visando não apenas preservar sua memória, enquanto suporte da observação “empírica”, mas também do próprio movimento, subsidiando-o através do conhecimento e reflexão de sua própria experiência. Enfrentando, nesta medida, questões políticas como a de ser suporte do movimento, fazendo de sua memória um instrumento de libertação, de preservação de uma visão de mundo, de uma compreensão da realidade.

Buscando visualizar esta “primeira fase” ou experiência do CDP, recorri a um trabalho de monografia realizado em 1990, pela aluna do curso de graduação em História/UFU, Aléxia Pádua Franco.

Com relação ao nascimento do Centro, diz a monografia:

*“O CDP surgiu em 1985 dentro do Núcleo de Ciências Sociais do Depto. de Filosofia da UFU. Sua origem foi um desmembramento do trabalho de pesquisa de alguns alunos e professores que sentiram a carência de fontes de pesquisa preservadas e organizadas para o estudo e análise de movimentos populares. (...) Com intenção de sanar esta necessidade, o CDP motivado por uma ligação cada vez mais forte com os movimentos populares, foi crescendo, autocriticando-se, transformando-se, ampliando-se e tornando-se cada vez mais sólido e real”.*³

De acordo com a documentação o Centro nasce no interior da universidade sem contudo apresentar um vínculo definido com a mesma. Quanto ao caráter do Centro, fica claro, logo na sua implementação, o desejo do grupo de manter uma relação direta com os movimentos sociais e por outro lado, a necessidade de preservar fontes para a implementação da possibilidade de pesquisa nesse campo.

³ - FRANCO, A.P. “A Sobrevivência da Memória Popular”, UFU, Udia, 1990.Mimeo.p.63.

Considerando, por outro lado, os objetivos do Centro, conforme resgate da monografia apresentada:

“Mais do que auxiliar trabalhos de pesquisa, hoje o CDP pretende formar e informar tanto os militantes de movimentos organizados, quanto de toda a classe dominada de Uberlândia e região ajudando-a a controlar e criticar o saber e a ideologia dominante, denunciando as distorções e manipulações que as instituições de produção e transmissão de saber pertencentes aos patrões e governantes fazem em relação à memória popular, lutando contra a exploração e expropriação do saber da maioria da população e, conseqüentemente, incentivando o resgate, o repensar e a criação coletiva e consciente de um conhecimento vinculado à prática e às necessidades populares.”⁴

Havia ao que parece uma intenção de trabalhar junto aos movimentos e não por eles, como salienta a autora nas considerações seguintes quando analisa as mudanças na formulação do Estatuto do CDP. Numa primeira versão o trabalho aponta para o caráter de trabalhar pelos movimentos:

“...Na sua primeira versão, elaborada segundo o modelo de outros Centros, dizia no Capítulo da Denominação, Sede e Finalidades... estimular sobre todas as formas a criação e desenvolvimento de um pensamento crítico de forma geral à serviço dos trabalhadores ...”(grifo da autora)⁵.

E, numa segunda versão, recupera a autora:

“Já na segunda versão, depois da discussão do estatuto entre os membros do CDP, decidiu-se redigir tal item da seguinte forma:

⁴ - Ibidem,idem. p.63.

⁵ - Ibidem,idem.p.64.

“...estimular a criação e o desenvolvimento de um pensamento crítico junto aos trabalhadores...”(grifo da autora, p.64).”⁶.

Segundo relatos da monografia, a concepção do grupo com relação ao trabalho junto aos movimentos, também enfrentava resistências. Os movimentos populares tem como uma de suas características o “fechar-se” para os demais, na tentativa de resguardar-se de possíveis “investidas” em seu interior. É quase um sentimento de auto-preservação e/ou auto-proteção.

Assim, auxiliar o movimento também significa para o grupo em primeiro lugar, ganhar sua confiança e trabalhando conjuntamente, vencer as dificuldades político-materiais.

“Apesar do interesse e das experiências destas entidades populares para preservar e divulgar democraticamente a sua memória - a Comissão Pastoral da Terra até discutiu e definiu isto em uma de suas assembléias no ano de 1987- a efetivação de um processo de rememoração completo e eficiente é prejudicado pelos obstáculos políticos e materiais encontrados pelos movimentos populares em geral”⁷

Por outro lado, o Centro mantinha vínculos com algumas dessas entidades em função de sua manutenção. Contava com o apoio financeiro e material do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio, da Alimentação, das Telecomunicações, dos Eletricitários, da Associação dos Docentes e dos Servidores da UFU, de Direitos Humanos, a CPT, o PCB.

Contava ainda com o trabalho de voluntários em sua organização:

⁶ - CDP, Estatuto do CDP (PROJETO) : CAP I , artigo 2o., item d, 1989, mimeo.

⁷ - FRANCO, A.P. “A Sobrevivência da Memória Popular”,UFU, Udia, 1990, mimeo.p.46.

“O trabalho dos membros do CDP tem sido voluntário, sem remuneração, e por isso, realizado apenas em horários vagos no dia-a-dia de estudo e labor de cada um”.⁸

Por um lado, o fato de não ser remunerado o trabalho fazia com que estas atividades fossem realizadas apenas nos horários vagos desses voluntários e não conforme as necessidades do Centro, como seria desejável. Esta condição dificultava em alguns momentos, segundo o próprio grupo, o atendimento de suas necessidades para desenvolver seus muitos projetos junto aos movimentos.

Por outro lado, creio eu, essa postura de trabalho voluntário do grupo, permitiu refletir sobre a afirmação do senso comum, de que os movimentos se preocupam, de forma geral, apenas com salários ou outras questões nesse sentido, o que desqualifica-os enquanto movimentos imbuídos de uma dada consciência política.

No caso dos membros do CDP uma outra situação permitiu observar seu engajamento político. Segundo relatos de atas do Centro em 1989, em alguns momentos, seus componentes pareciam afastar-se de suas tarefas (no Centro) em função de seu envolvimento em outras questões políticas. A exemplo disso, podemos citar o período de Eleições presidenciais/1989, onde projetos do CDP são protelados em função dessa situação política, considerada mais emergente.

De acordo com Aléxia de Pádua, a orientação das atividades do Centro não era aleatória aos movimentos:

“As atividades do CDP financiadas pelas entidades populares são desenvolvidas conforme as demandas desses movimentos são levantadas

⁸ - Ibidem, idem. p.82.

*no dia-a-dia e em reuniões específicas de planejamento semestral, onde tais entidades são chamadas a participar”.*⁹

A característica apontada atende ao objetivo inicial colocado pelo projeto de trabalhar junto aos movimentos.

Havia contudo, certa dificuldade nessa relação, conforme avaliação dos membros do CDP, devido à sua organização no espaço (físico) da Universidade.

*“Entre 1985 e 1989, todo este trabalho do CDP junto aos movimentos populares ocorria com muito menos intensidade, pois o Centro estava preso aos limites do ambiente universitário - local onde ele se originou.”*¹⁰

Considera ainda a questão do acesso direto de pessoas do movimento no Centro:

*“Na Universidade, apenas alunos e professores podiam se envolver diretamente no projeto do CDP já que muitos dos membros das entidades populares não se sentiam responsáveis pelo CDP, pois achavam que a Universidade o tutelava.”*¹¹

A consideração de um certo receio dos movimentos quanto à Instituição (academia) não é uma situação nova. A diferença na linguagem, a difícil concatenação de interesses dificulta a aproximação entre a sociedade e a academia, e nesse sentido incluindo também os profissionais que fazem parte dessa instituição.

⁹ - Ibidem, idem, p.66

¹⁰ - Ibidem, idem, p.66.

¹¹ - Ibidem, idem, p.66.

Sendo assim, buscando amenizar as dificuldades o Centro deixa os limites da Universidade. Relata Aléxia:

“Consequentemente, o CDP em 1989, desvinculou-se do atual Departamento de Filosofia da UFU, tornando o movimento popular mais responsável pelo seu funcionamento, adquirindo infra-estrutura própria, ampliando seus participantes (não mais só alunos e professores universitários); enfim, democratizando-se”¹².

Ainda segundo a autora, ao vincular-se definitivamente aos movimentos populares sua perspectiva de trabalho também fixou um direcionamento. O trabalho do Centro firmava sua proposta inicial de trabalho:

“Neste momento, o CDP deixou de se preocupar exclusivamente com o resgate e preservação da memória popular e tornou-se um Centro de Apoio aos Movimentos Populares, dividindo-se em duas Comissões básicas e interligadas, responsáveis por encaminhar seus novos e mais amplos objetivos”¹³.

Com relação às comissões, buscavam trabalhar mais ligadas as áreas “carentes” dos movimentos:

Comissão de Formação - busca

“...divulgar e discutir assuntos diversos que auxiliem no crescimento e no repensar dos movimentos populares e na formação de militantes mais críticos e dispostos a construir um movimento democrático...”¹⁴.

¹² - Ibidem, idem, p. 67

¹³ - Ibidem, idem, p. 67.

¹⁴ - Ibidem, idem, p. 67.

Esta comissão subdividia-se em núcleos diferenciados¹⁵ buscando melhor atender aos movimentos.

- Comissão de Documentação¹⁶ que fazia parte da proposta inicial do CDP.

Já nesta fase, o CDP preocupava-se também em preservar sua própria memória no sentido de possibilitar mais tarde, reflexões acerca da experiência vivida.

O Centro não tinha a intenção de custodiar os arquivos de outras entidades, mas sim, debater com estas acerca da importância da recuperação, preservação e divulgação de sua memória, de uma forma crítica, dinâmica e democrática, enquanto instrumento colaborador para o avanço nas lutas dos trabalhadores.

Com relação aos arquivos de outras entidades, o Centro pretendia ter apenas referência quanto ao seu teor, tornando-se um Centro de Referência Sobre a Memória Popular de Uberlândia e Região:

“O CDP pretende ter apenas o diagnóstico do acervo documental de cada movimento, com informações sobre o tipo de registros existentes e sobre a condição de acesso a eles.”¹⁷

¹⁵ - A Comissão de Formação subdividia-se em núcleos, quais sejam:

- Núcleo Formadores Regional: trabalho construção de sindicatos e organizações populares, busca fortalecer a CUT;
- Núcleo de Saúde: discute questões relativas à saúde dos trabalhadores;
- Núcleo Cultural: debate temas como Movimentos sociais no campo, outros relacionados ao cotidiano da classe “dominada” (Vídeo-Debate), organizou bloco carnavalesco, entre outras atividades;
- Núcleo de Estudos e Comunicação Popular: pretendia produzir trabalhos escritos e videográficos. Havia também propostas de criar núcleos de assessoria econômica, jurídica e outras.

¹⁶ - Princípios básicos dessa comissão: assessorar as atividades da comissão de Formação, registrando e subsidiando-a com informações; organizar e abrir o Arquivo do CDP e a Biblioteca Popular ao público (tarefa esta que não se realizou a contento conforme atas do próprio CDP, em 1989); auxiliar na preservação da memória de outras entidades populares.

¹⁷ - FRANCO, A.P. “A Sobrevivência da Memória Popular”, UFU, Udia, 1990. mimeo p. 71.

Por outra não pretendia também possuir “cópia” desses arquivos por razões óbvias (espaço, tempo e pessoas com disponibilidade para ficarem responsáveis por sua organização).

Em alguns casos, o Centro se dispôs a custodiar os arquivos, como por exemplo da extinção da entidade ou no caso daquelas que ressentiam-se de uma infra-estrutura adequada para fazê-lo.

Nas observações do trabalho de Aléxia, notei já uma preocupação quanto a auto-sustenção do Centro:

“Esta diversificação de funções do CDP ocasionada pela demanda popular e pela motivação de alguns profissionais, por um lado prova como o projeto do CDP tem sido valorizado e procurado. Porém, por outro lado, ela pode trazer a descaracterização do Centro e um crescimento incompatível com sua infra-estrutura.”¹⁸

O fato de ser o trabalho realizado por voluntários, e de ser o Centro sustentado por doações podia tornar difícil sua manutenção mediante tantos projetos. Sabemos infelizmente, que mais tarde, o Centro enfrentou dificuldades mais sérias, o que resultou em sua extinção.

Por outro lado, o Centro enfrentava problemas com alguns movimentos - aqueles tidos como assistencialistas ou “pelegos” que frequentemente confrontavam-se com a atuação da Comissão de Formação. A Comissão de Documentação não podia contudo, privá-los do direito e dever de preservar sua

¹⁸ - Ibidem, idem, p. 68.

memória. Até porque, sem essa preservação como poderia o movimento reavaliar-se, fazer uma autocrítica?

Por outro lado, a prática da reflexão só pode ser produtiva se puder realizar confrontos. Nesse sentido, o trabalho de Alécia aponta para as intenções do Centro naquele instante:

“O CDP, através do trabalho conjunto de suas comissões, pretende transformar estas informações em informações Vivas. Isto é, dados não para serem guardados, transmitidos e contemplados, mas para serem discutidos, confrontados entre si, e com as necessidades dos movimentos populares.”¹⁹

Segundo a autora, o Centro não se pretendia apenas um arquivo morto. Ao contrário, busca ser um “locus” para o debate e a reflexão.

Muitas eram porém, as dificuldades enfrentadas pelo Centro. Dentre elas, a questão financeira (auto-sustentação). A própria política implementada pelo Centro nesse sentido gerou dificuldades:

“No início, o CDP não quis uma verba fixa, pois não queria recursos sem saber onde utilizá-los. Ele primeiro começou a atuar e, a partir de suas reais necessidades, foi arrecadando dinheiro que já tinha lugar definido de investimento. Hoje, com as atividades em pleno andamento, esta prática tem limitado a ação do CDP, pois nem sempre os movimentos podem fornecer o que e quando o CDP necessita.”²⁰

Assim, em 1992, chegou o momento em que as dificuldades tornaram-se bastante sérias e, cerceado por problemas financeiros, o CDP foi desativado. O

¹⁹ - Ibidem, idem, p. 72.

²⁰ - Ibidem, idem, p. 82.

acervo acumulado até então foi doado ao CDHIS/UFU, em caráter de coleção fechada, o que entendo, foi também uma expectativa de que esse trabalho, a documentação recolhida não ficassem perdidos. Podemos dizer que, em certa medida, a expectativa foi contemplada.

PARTE II

“ A EXPERIÊNCIA DE REORGANIZAÇÃO DO CDP”

Sabemos que o historiador para realizar seu trabalho, carece, num primeiro momento, de elementos que possibilitem a visualização e/ou caracterização de seu objeto de estudo. No caso dos movimentos populares é também sabido que há uma certa “escassez” de fontes, dadas as dificuldades já apontadas sobre a recuperação, preservação das mesmas, dentre outras tantas. Seja pela tradição historiográfica, ou por questões políticas, e mesmo pela falta de domínio da técnica deste trabalho de preservação da memória pelos próprios movimentos. Desta feita, o acervamento deste tipo de documentação torna-se tarefa de suma importância para aqueles envolvidos nas perspectivas de observação, reflexão/crítica e mesmo intervenção na realidade. Assim, não demorou muito para que um grupo de professores e alunos do Depto. de História, preocupados em preservar a documentação e ao mesmo tempo, criar condições para reimplantação do Centro - considerando sua importância, haja visto que denota as várias experiências de movimentos populares - encaminharam projeto ao PIBIC/CNPq, visando a reestruturação do Centro, bem como a organização e abertura do Arquivo ao Público.

E, a partir de recursos provenientes da PROEPE/UFU, fez-se o levantamento de todo material, o que permitiu refletir sobre um amplo leque de

possibilidades de pesquisa.²¹ Percebeu-se uma grande diversidade do material como coloca o artigo publicado no Boletim Informativo do CDHIS:

*“A diversidade do material permite acesso a diferentes falas de um mesmo momento, abrindo caminhos no tempo em que se faziam os acontecimentos reconhecidos em seus significados e na visibilidade de suas práticas”.*²²

A partir do levantamento do acervo foi encaminhado ao PIBIC/CNPq um projeto de organização do acervo bem como a publicação de um Guia de Pesquisa, que visava a divulgação do material bem como maior praticidade na utilização do acervo, por historiadores ou outros pesquisadores de áreas afins. Nesse sentido, preocupava-se em criar subsídios para a promoção de possibilidades de trabalho de pesquisa nesta área para os alunos do recém-criado curso de Bacharelado em História dessa universidade.

Entre os objetivos do projeto, elencamos:

*“Levantamento, sistematização e catalogação do material, Integração do Arquivo CDP ao arquivo geral do CDHIS, Publicação de Guia/Catálogo do material arrolado, Fornecer subsídios para o desenvolvimento de pesquisa na área de movimentos sociais, Produção de artigos referentes à temáticas e reflexões, Apresentação pública dos resultados obtidos”.*²³

²¹ - Notou-se no material a presença de documentos dos mais diversos movimentos, e em suas várias formas. Sejam jornais, revistas, panfletos, folders, cartazes, boletins, informativos, dos movimentos Sem Terra, Sindicais, Político-Partidários, Direitos Humanos, Leigos Católicos, Trabalhadores em Educação, entre outros.

²² - Artigo publicado no Boletim Informativo CDHIS, no. 12, ano 07, 20. semestre de 94. Co-autoria: ALMEIDA, Paulo.R. e LAVERDI, Robson.

²³ - “Objetivos do Projeto” In.: PROJETO CDP, enviado ao PIBIC/CNPq,

Com relação à organização do arquivo, o projeto já naquele instante, deixava também clara sua perspectiva de trabalho:

*“No entanto, a perspectiva deste trabalho ultrapassa os limites da simples organização de um “arquivo”, pois em nossa visão a política de arquivamento especificamente de movimentos populares exige uma postura metodológica diferenciada daquilo que tradicionalmente tem sido realizado”.*²⁴

E salienta:

*“Necessário será realizar uma série de leituras teóricas que permitam sistematizar, problematizar as várias fontes disponíveis, de modo a possibilitar a reconstrução e guarda deste material segundo e em função das condições sociais concretas das quais emergiram”.*²⁵

No sentido de ampliar suas reflexões, o grupo achou proveitoso estreitar contatos com outras entidades como o Setor de Documentação ao Centro de Documentação e Informação do Rio de Janeiro (CEDI/Rio), o Centro de Pastoral Vergueiro em São Paulo (CPV), CEDIC da PUC-SP. Pavia, também nesse sentido, a realização de debates, mesas redondas, mostras públicas, espaços onde buscava ampliar o debate e a reflexão acerca das produções nesse campo da historiografia.²⁶

Ficava clara, logo no início a perspectiva historiográfica assumida, bem como o interesse em criar um espaço de debate/reflexões visando avançar no

²⁴ - Projeto CDP: a construção da Memória Popular, 1982-1990. Paulo R. Almeida (orientador), Leila Almeida e Robson Laverdi (alunos Curso de História).

²⁵ - "Metodologia de Trabalho" In.: PROJETO CDP.

²⁶ - O Centro, nesta fase de reestruturação, procurava pautar suas reflexões no campo da História Social.

trabalho, nas práticas e mesmo nas reflexões deste campo. Incluo-me nesta tentativa.

No empenho de trabalhar com uma das várias temáticas presentes no acervo do CDP, e contemplada com uma bolsa do PIBIC/CNPq, pude, não somente trabalhar com uma temática, mas participar da tarefa de organizar o Centro de Documentação.

Do trabalho efetivo na organização do Centro, da participação na implementação de suas várias atividades é que foi possível a reflexão proposta por esta monografia.

Dentre tantas outras preocupações, salientaram-se algumas, como por exemplo as problemáticas que se colocam quanto à organização do arquivo.

Apesar de ter definida a perspectiva geral do trabalho, as tarefas do cotidiano recolocaram muitas dúvidas, o que conduziu a um repensar constante do trabalho e da relação estabelecida entre arquivista-historiador/pesquisador.

Organizar um arquivo significa, falando de forma rasteira, selecionar, catalogar e fichar fontes numa determinada “ordem lógica”, e além disso, seguir padrões específicos estabelecidos sobre a organização de arquivos. Em outras palavras, há uma política de arquivos estabelecida, tanto em nível nacional quanto internacional que “deve” ser obedecida. Exige-se de um arquivista, no mínimo, que conheça tal política.

Assim, o Centro carecia de pessoal capacitado para esse trabalho. Dificuldade essa que já se observava em sua primeira fase pela Comissão de

Documentação.²⁷E, para além disso, seu caráter de Centro de Documentação Popular não permitia seu entendimento pautado apenas em regras arquivísticas gerais. Há que se notar que falamos aqui de uma instância/entidade particular, com objetivos e tarefas peculiares. Entre elas, ultrapassar os limites do estatuto de suporte da preservação dos movimentos sociais, promovendo a recuperação e preservação de sua memória.

Portanto, não bastava organizar as fontes por uma ordem cronológica/alfabética ou apenas em forma de coleções. Colocava-se ali um dos problemas enfrentados pelo pesquisador - a relação historiador/arquivista - e de forma mais contundente - o historiador social e a relação com os arquivos.

No caso do CDP, vivenciei a experiência cotidiana de dialogar com as fontes, considerando sua inserção num contexto histórico específico e datado, bem como com as coleções que podiam ser parte tanto de um quanto de outro movimento - e aqui, vemos outro problema que fez parte de nossa lida diária: o da caracterização da fonte.

Para esclarecer esta questão creio ser necessário fazer algumas considerações: o acervo doado à Universidade (mais diretamente ao CDHIS) foi separado em seis linhas temáticas numa seleção prévia. Entre elas: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento Político-Partidário, Movimentos Leigos Católicos, Movimento Direitos Humanos, Movimento Trabalhadores do Ensino e Movimento Sindical.

²⁷ - O trabalho dessa Comissão já foi apontado nesta monografia, bem como as dificuldades encontradas em sua implementação, entre elas, a então elencada sobre a qualificação de elementos para realização do trabalho de arquivamento de fontes.

Um primeiro obstáculo no trabalho foi estabelecer critérios para definir a que movimento cada coleção pertencia. É preciso considerar que esse primeiro critério nasceu de uma lógica que emergiu da análise da própria documentação e da tentativa de respeitar a origem das fontes enquanto forma de organização - os movimentos populares/sindicais.

Nesse sentido, por exemplo, considerar “Trabalhadores em Educação” como um movimento à parte do sindical denota a observação de que este movimento além de muito rico quanto às perspectivas de análise²⁸ é também específico quanto à interpretação de mundo gerada por uma via das muitas possibilidades dessa relação. Assim, rico em leituras da realidade e caracterizado por circunstâncias houvermos por bem organizá-la separadamente, considerando-a assim, um entre os muitos segmentos dessa sociedade.

Contudo, há ainda reflexões necessárias nesse sentido. Cabia refletir se agindo assim não estaríamos relativizando ao extremo e criando blocos separados para todos os demais segmentos ou visões de mundo. Era necessário optar por uma lógica que privilegiasse a visão de um segmento, sem que ao mesmo gerasse individualismo (absolutização) expresso das fontes.

²⁸ - Conforme Relatório Anual das Atividades Desenvolvidas pelo Projeto CDP - PIBIC/CNPq/UFU - Biênio 94-95, do bolsista Robson Laverdi, o material permite refletir:

“Acerca do Movimento dos Trabalhadores em Educação encontramos as várias fontes abordando: a luta dos trabalhadores do ensino pela escola pública e de boa qualidade; a questão da organização sindical da categoria; a discussão dos problemas da educação em Minas Gerais e no Brasil, e toda proposta de municipalização do ensino. As fontes possibilitam perceber estas e outras idéias em debate no período assinalado, bem como, a atuação e resistência aos projetos acima destacados. Aqui cabe lembrar da luta em prol da LDB que tem início no fim da década de 80, que é um dos projetos discutidos pela CNTE, cuja fonte publica grande parte destas discussões. Passados alguns anos, vemos que a luta e o debate continuam abertos.”(pag.09).

Dessa forma, obedecer à lógica dos movimentos ao mesmo tempo que conduziu a acervar o movimentos dos Trabalhadores em Educação como linha temática “independente” levou também a considerar o Movimento Negro ou a documentação produzida por esse movimento, como parte do suporte do Movimento de Direitos Humanos.

Não se encerrava aqui, no entanto, a problemática. Como todos os movimentos identificados faziam parte de um mesmo contexto histórico (temporal/espacial) evidenciavam a mesma realidade, apesar de suas diferentes linguagens. Esse era também um problema identificado. Para observar tal questão basta uma superficial observação dos relatórios acerca das fontes:

“Jornal Aconteceu : Publicação do Centro Ecumênico e Documentação e Informação: A fonte versa sobre diversas entidades e temáticas presentes na realidade brasileira do período.(...) Sobre as temáticas: sindicalismo, reforma agrária, trabalhadores rurais, Eco/92, meio ambiente, religião, indígenas e aspectos conjunturais do Brasil, América Latina e Ex-URSS”.²⁹

Observando os apontamentos feitos nos relatórios acerca das fontes, vemos que são fruto de um determinado período, ou que emergem num dado período e dialogam a seu modo com as questões nele presentes. Ainda nesse sentido vemos que esses movimentos não se fecham em si mesmos ou seja, em suas próprias problemáticas, seja enquanto categoria ou grupo social.

²⁹ - GUIA CDP, p.34, 1995, mimeo.

Os conjuntos permitem além de discutir sua estrutura interna (seja partidária, sindical e outras), o diálogo entre sua visão de mundo e a conjuntura que o circunscreve.

É importante notar que a visão de mundo expressa nos documentos produzidos por esses movimentos é bastante ampla e que suas discussões vão além de meras reivindicações institucionais ou de categorias (salários, jornada de trabalho, outras).

Em muitos casos solidariza-se com outros movimentos. A exemplo disso, vemos os Trabalhadores Sem Terra apontando para problemas da mulher, do indígena e mesmo discutindo perspectivas político-partidárias, conforme relatório Guia de Pesquisa:

“Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Publicação Nacional do MST.

A fonte trata de notícias e informações sobre as mobilizações do Movimento Sem Terra em todos os estados do país. E da mesma forma, de entidades como a CONTAG e o INCRA.

O conjunto faz reflexões e propostas para reforma agrária e outros temas conjunturais do país no período. Dentre eles podemos citar: organização sindical e CUT, violência no campo, CEBs, dívida externa, mulheres, assentamentos, constituinte, Igreja, eleições de 86 e de 89, com a campanha presidencial do candidato Lula, e ainda sobre trabalho escravo.

Outro desdobramento da fonte diz respeito a todo noticiário e reflexões sobre a conjuntura de vários países da América Latina, dentre eles o Brasil.”³⁰

³⁰ - GUIA CDP, 1995, mimeo.

Assim, estabelecer critérios para organizar esta documentação observando as considerações já feitas, conduziu a uma necessária reflexão quanto aos critérios da mesma. Enfatizando aqui que além de considerar os problemas comuns a um arquivo, enfrentamos o fato de estar tratando de um acervo com objetivos previamente estabelecidos - entre eles o de tornar o arquivo acessível não só ao pesquisador, mas também possibilitar o diálogo com os movimentos geradores dessa documentação.

Em muitos casos, o critério de seleção para arquivar um documento acabava sendo pautado na responsabilidade de publicação, tal a pluralidade de discussões possíveis com relação à fonte.

Há ainda detalhes desse tipo de documentação que em muitos casos redobram a tarefa do “arquivista” tanto quanto sua responsabilidade - em muitos casos a documentação não traz datação. Nesses casos, torna-se necessário a realização de um trabalho paralelo de estudo do contexto histórico (do período) e a partir desse, é que pode-se localizar o documento em seu espaço/tempo.

Contudo, a importância dessa documentação é inegável. Apesar de apresentar tantos e diversos problemas, o material possibilita em seu conjunto, fazer leituras diversas e mesmo alternativas do momento histórico em que emergem.

Desta forma, ao possibilitar leituras alternativas da realidade em que emergem, essas fontes encitam, por outro lado, a elaboração de questões à outras fontes (às oficiais por exemplo).

Nesse sentido, perguntaríamos num primeiro momento, a quem interessaria, por exemplo, o estudo acerca de movimentos de bairro, suas questões, senão àqueles que vivenciam estas experiências no seu cotidiano? Contudo, as questões por eles colocadas podem permitir o questionamento ou avaliações comparativas, ou acompanhamento da dinâmica de uma dada administração municipal. Oferecem também uma leitura ou uma interpretação de mundo que lhe são peculiares, pois são de certa forma, forjadas por uma vivência que também é peculiar. Embora, nestes casos, tenhamos que reconhecer que muitas pesquisas subsidiam também a órgãos públicos, ou a ação dos poderes públicos, na implementação de políticas públicas, até mesmo de controle.

Assim, optamos por recuperar essa documentação preservando a memória histórica na perspectiva dos próprios movimentos populares. Cada um desses movimentos traz inerente uma certa visão de mundo - uma interpretação dinâmica da realidade. Nesse sentido vale lembrar que a tarefa do historiador trabalhando na organização de um Centro de Documentação tem a responsabilidade de perceber, além da técnica de arquivo, de organização, a lógica das próprias fontes que emerge com suas diferentes linguagens.

Desta forma, compreendo que não se pode ou não se deve dissociar a tarefa de historiador da do arquivista. Claro que trato aqui de uma perspectiva historiográfica específica que admite o diálogo e o respeito às fontes documentais. Ainda com relação às fontes há reflexões, geradas no trabalho cotidiano, que considero tanto pertinentes quanto necessárias.

Uma das limitações que enfrentamos foi a da própria morosidade do trabalho de fichamento³¹ das fontes. Vale salientar que o trabalho foi realizado coletivamente, o que de certa forma, viabilizava a troca de experiências constantemente e mesmo a busca conjunta de soluções para as questões que surgiam.

Em qualquer caso, e nesse em especial, fichar documentos deve ser um trabalho acuidoso no sentido de evitar que se faça emergir das fontes apenas o interesse ou a própria visão do pesquisador. Como o objetivo inicial era o de produzir um Guia de Pesquisa voltado para a democratização do arquivo, a visão devia ser o mais ampla possível acerca das leituras das fontes.

O trabalho exigia uma certa “paciência” no trato com as fontes. Em muitos casos, após semanas de “convivência” com um conjunto documental é que se chegava a elaborar uma ficha que o retratava de forma mais aproximada. E nesse caso, há a influência constante da formação de historiador que faz refletir acerca de questões como a objetividade³², imparcialidade, até uma “fidelidade” à fonte. Com relação ao CDP notamos uma diversidade de informações nas fontes - um amplo leque de discussões. O que permite refletir mais uma vez sua inserção num momento histórico também dinâmico (décadas de 80 e 90).

Essa linguagem é tão clara e tão incisiva que com um pouco mais de dedicação nessa leitura, é claro, conseguimos datar os documentos que não

³¹ - Para efeito de organização técnica do arquivo CDP foram criadas duas fichas para cada documento: uma destinada ao arquivo CDP e outra, para o arquivo geral CDHIS, a qual por sua vez localiza o acervo como “fundo de arquivo” deste Centro de Documentação.

O preenchimento das fichas, em especial da ficha do CDP, busca deixar clara a estrutura e funções do movimento, otimizando, de certa forma, as informações a constar do Guia de Pesquisa CDP.

³² - Buscarei apontar a reflexão feita acerca do conceito de “objetividade” nessa perspectiva de trabalho no capítulo seguinte.

trazem essa referência. Percebemos que esses movimentos, mesmo os chamados não-organizados, estão atentos a realidade em que estão inseridos e as evidências de seu discurso deixam clara essa visão quanto à necessidade de intervir e/ou questionar a realidade. Nesse sentido vemos o caso de muitos panfletos, cartazes, jornais, entre outros, que visavam intervir no momento político que vivenciavam.³³

É também interessante notar que em muitos casos as suas avaliações acerca desse momento convergem para o mesmo ponto. Por exemplo, quando diversas entidades se preocupam em observar o Plano Verão ou o Plano Collor (planos econômicos dos governos Sarney e Collor, respectivamente).

Por outro, perceber que as perspectivas desses grupos nos conduziram a repensar supostos teóricos que até então pareciam cristalizados. Até mesmo a questionar nossa postura teórico-metodológica. Nesses casos, mais uma vez auxilia o fato de trabalhar coletivamente. Realizamos várias reuniões onde fazíamos leituras afins³⁴ e, refazíamos o movimento de avaliar as vias teórico-práticas.

Esse diálogo constante entre teoria e prática, pesquisador e fontes, tornou-se imprescindível no decorrer do trabalho. Posso dizer, balizada em minha

³³ - A título de exemplo elencamos as seguintes fontes;

CARTAZ - EM DEFESA DA UNIVERSIDADE

"Cartaz da campanha SOS Educação em Defesa da Universidade e Fora Plano Verão/Governo Sarney" (Guia de Pesquisa CDP, p.04)

CARTAZ - REFORMA AGRÁRIA I

"Cartaz com a relação das propostas dos Trabalhadores Sem Terra aos presidencialáveis nas eleições de 1989." (Guia de Pesquisa CDP, p.05)

JORNAL DOS DIREITOS HUMANOS:

"... Com relação às questões políticas e econômicas, acompanha o processo eleitoral Lula/Collor e a nova etapa de democratização do país." (Guia de Pesquisa, p.22)

³⁴ - Trata-se de reuniões previstas para o trabalho, onde discutimos diversos autores apontam para esta perspectiva de investigação histórica - a da História Social.

experiência de trabalho que o historiador precisa vencer uma “tentação” a cada dia - a de ler um documento privilegiando sua própria ótica, quando em sua opção historiográfica e mesmo política, assume o compromisso de respeitar a alteridade das fontes. Observamos que da mesma forma que evidenciam questões as fontes também evidenciam uma lógica, um caminho para perseguir no intuito de solucionar ou amenizar a problemática. Não se criam contudo, modelos estáticos, categorias enrijecidas. As categorias são construídas através das evidências que emergem dos registros do próprio movimento, o que as torna particulares e “intransferíveis” para outras situações históricas. Sabemos, como historiadores, que cada momento histórico é único, e portanto não se repete. Ainda que um processo se assemelhe a outros é contudo matizado por circunstâncias específicas (tempo/espaciais).

Havia ainda a questão da organização do arquivo. Nesse sentido implementamos a catalogação do material em função da decisão de acompanhar os movimentos, convivendo também aqui com a multiplicidade, e/ou heterogeneidade da interpretação das fontes.³⁵

Como colocamos anteriormente, foram observadas seis linhas temáticas diferenciadas às quais incorporamos, para efeito da organização técnica do arquivo, uma sétima situação - a daqueles documentos dispersos, alheios a qualquer movimento elencado, mas que também oferecem uma contribuição.

³⁵ - No Guia CDP leitor poderá observar, ao final do relatório de cada fonte, um código que possibilita a sua localização no arquivo de forma quase imediata. Esse código foi elaborado a partir da lógica que emergiu da própria documentação durante sua organização e fichamento.

Ainda com relação às tarefas realizadas no Centro de Documentação, uma outra merece considerações. Buscando responder aos objetivos iniciais do projeto de divulgar o acervo realizamos a 1ª Mostra Pública do Projeto CDP³⁶. Nessa ocasião pudemos vivenciar os problemas políticos que um Centro dessa natureza enfrenta em seus contatos, como também já apontavam os relatos das experiências da primeira fase do Projeto CDP.

Por outro lado, trocamos experiências com os movimentos envolvidos no evento³⁷ e também ouvimos suas dúvidas. Nesse sentido tomamos seu depoimento e começamos a nos ressentir de uma infra-estrutura que possibilitasse trabalhar com fontes orais.

Cabe salientar que ao lado do Projeto CDP, em caráter de desdobramento deste, foi apresentado um outro Projeto de Pesquisa, sob a orientação da prof.a. Coraly Gará Caetano que visava implementar justamente um trabalho com fontes orais, as quais seriam incorporadas ao acervo CDP:

*“Como desdobramento dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos no projeto de organização e catalogação da documentação relativa à Memória Popular em Uberlândia (CDP) estamos propondo o projeto: “A Experiência dos Trabalhadores na Constituição do Espaço Urbano - Uberlândia - 1950/1994”.*³⁸

³⁶ - O evento foi realizado em Abril/95, dividiu-se em três momentos, quais sejam: Abertura; Exposição Cartazes CDP; “Os Trabalhadores Contam História” (mesa com depoimentos de trabalhadores sobre a experiência do movimento sindical brasileiro nas últimas décadas) e “Historiadores Debatem o Movimento” (apresentação de trabalhos de professores e estudantes sobre o tema).

³⁷ - Entidades que participaram como colaboradoras do evento: CUT, STIAU, SINDELT, SINTEL, SINTET, ADUFU, Sindicato dos Trabalhadores da Fiação e Tecelagem; Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fumo de Uberlândia; Sindicato dos Empregados do Comércio de Uberlândia.

³⁸ - Carta Solicitação de quatro bolsas de Iniciação Científica ao CNPq, assinada pela prof.a. Coraly Gará Caetano.

Com relação aos objetivos gerais do projeto coloca-se a intenção de “ampliar o acervo do CDP através do levantamento de fontes escritas, orais e videográficas”³⁹, e ainda a produção de novas fontes de pesquisa, a formação de instrumentos de pesquisa para o material coletado, uma avaliação crítica da produção historiográfica local⁴⁰ e ainda

*“Desenvolver a prática do trabalho de pesquisa coletivo de modo a socializar informações, conhecimentos e problematizações e reequacionar e fortalecer o significado da pesquisa como instrumento fundamental para formação do historiador”.*⁴¹

Fatores estes que por si só já bastariam para justificar a busca de caminhos no trabalho com este tipo particular de fonte. Contudo, notamos ainda entre os diversos trabalhos de pesquisa (monografias em curso) realizados a partir do contato com a documentação do CDP, o interesse dos pesquisadores (graduando em História em sua maioria) em trabalhar com entrevistas (produção de fontes orais).

Aliado a todas estas razões, ao lado ainda do interesse de criar um espírito de cooperação, debate e troca de experiências é que implementou-se entre os pesquisadores - alunos e professores do Departamento de História - a realização de uma oficina de História Oral.

Gostaria ainda de salientar, antes de prosseguir nas reflexões acerca da Oficina propriamente dita, o caráter do projeto “A Experiência Dos

³⁹ - Projeto “A Experiência dos Trabalhadores na Constituição do Espaço Urbano - Udia - 1950/1994” - Capítulo dos Objetivos Gerais.

⁴⁰ - Nesse sentido estão sendo realizados trabalhos de pesquisa, em caráter monográfico.

⁴¹ - Projeto “A Experiência dos Trabalhadores na Constituição do Espaço Urbano - Udia 1950-1994”.

Trabalhadores na Constituição do Espaço Urbano - Udia 1950/1994 “, quando de suas perspectivas de trabalho, as quais convergem no mesmo sentido que as adotadas pelo CDP:

“A escassez de fontes, testemunhos e pesquisas sobre a vida dos trabalhadores urbanos constituem um dos obstáculos para a compreensão dos inúmeros problemas vivenciados na sociedade contemporânea e em particular no Brasil”⁴².

Pode-se notar que este projeto está também imbuído do interesse de resgatar a memória popular até então pouco considerada, ou tomada por leituras outras que não as de sua própria intenção.

Com relação aos supostos teóricos que norteiam o trabalho partilham também da concepção apontada por E.P.Thompson acerca da “Lógica Histórica”, o que também fica explicitado no projeto.

Feitas estas considerações posso agora apontar para as reflexões que surgiram no interior do grupo (Oficina História Oral) com relação à problemática suscitada por esta perspectiva.

A Oficina busca criar mecanismos para reflexão que possibilitem o “respaldo” do trabalho realizado. Ou, se não criar esses mecanismos, mas gerar condições propícias para sua elaboração.

Toda essa experiência de trabalho suscitou e/ou retomou questões como a “objetividade histórica”, a necessidade de ter clara a perspectiva de trabalho historiográfica, as dificuldades no trabalho com as fontes orais, bem como as problemáticas por ela recolocadas também às fontes escritas, entre outras.

⁴² - Ibidem, idem.

Dificuldades estas que pretendo retomar no capítulo seguinte, como parte de minhas reflexões na experiência de trabalho realizada no CDP, acerca das relações em que o historiador está envolvido e das quais é também parte.

PARTE III

PERSPECTIVAS DE REFLEXÃO

Neste último capítulo pretendo refletir como minha experiência em lidar com o Centro de Documentação Popular redimensionou e suscitou a necessidade de um maior aprofundamento teórico-metodológico em relação à difícil tarefa de historiar.

Uma das primeiras questões que se coloca já no início de qualquer reflexão é a da opção por uma linha historiográfica. Assim é necessário nos situarmos politicamente na sociedade em que vivemos e em relação aos problemas sociais que ela apresenta. Por outro lado a angústia de desejar apanhar a história como processo, de forma global, fruto de uma formação ou de uma ambição humana, faz deparar-nos desde cedo com as limitações até mesmo tempo/espaciais que nos envolvem.

No caso do CDP a perspectiva assumida em relação a História Social, é aquela comprometida mais diretamente no diálogo com fontes, no resgate dos movimentos enquanto experiências vivenciadas (e não apenas como “organização” ou entidade organizada). Visando a observação da estruturação e organização de um Centro de Documentação Popular onde o processo de organização e arquivamento das fontes requer uma metodologia particularizada. A necessidade do constante diálogo entre teoria - prática possibilitou a reflexão e

o repensar destas questões. Algumas delas já elencadas neste trabalho, como por exemplo a questão da contribuição do trabalho do historiador, de sua relação e comprometimento com as questões da história, das dificuldades de estabelecer uma metodologia que possibilite captar os acontecimentos/movimento, mas que, por outro lado, não inviabilize a preservação das diferentes memórias acerca do mesmo, ou ainda que dialogue com as diferentes fontes, que possibilitem o seu resgate.

Surge, nesse sentido, o problema que se arrasta por toda a “história da historiografia” nos seus muitos caminhos: a tão desejada objetividade. Uma primeira preocupação nesse sentido foi a de situar-se com relação aos muitos sentidos do conceito de objetividade. Num primeiro sentido a objetividade aponta para uma ausência extrema de subjetividade. Numa interpretação filosófica, a objetividade nega o sujeito, agente do conhecimento.

No campo da História Social conforme a concepção de E.P. Thompson⁴³, a objetividade é alcançada a partir do diálogo entre as fontes e a teoria, no decorrer do processo observado, procurando chegar o mais próximo da realidade possível. A idéia de que a objetividade é a ausência absoluta de valores torna-se no mínimo questionável. Ao contrário, o trabalho do historiador é norteado por um compromisso político com a realidade.

Nesse sentido, quando a questão do tratamento das fontes escritas parece momentaneamente resolvida, o trabalho com as fontes orais nos traz de volta a reflexão sobre o mesmo. Problematicar as fontes orais requereria outro tipo de diálogo?

⁴³ - THOMPSON, E.P. A Miséria da Teoria, RJ, Zahar, 1981.

Seria inocência na prática do historiador imaginar que o documento escrito é mais “verdadeiro” que o documento oral. Há questões contudo, que considero pertinentes, como por exemplo o fato de que a fonte “escrita” uma vez produzida não “muda”, ou não está sujeita a alterações. Ao contrário, as fontes orais ou a memória dos sujeitos está sob as interferências/influências da experiência cotidiana. Porém, a fonte escrita ao ser produzida recebe neste ato as impressões da visão daquele que o faz. Seria ingenuidade aceitar a fonte escrita como isenta de subjetividade - aquele que registra um acontecimento o faz segundo sua própria visão naquele momento, em muitos casos, segundo seu próprio interesse, pautado em suas experiências vividas. Sabemos que a fonte escrita deve ser submetida a um processo de verificação e comparação. E a fonte oral por sua vez deve ser tratada além dessa forma com outros cuidados já que são fontes de natureza diversa. Nesse sentido, creio que seja proveitoso retomar algumas questões postas na Oficina História Oral, uma das atividades que tem a participação do grupo que trabalha no CDP neste momento.

Uma das primeiras considerações que levantamos na Oficina foi a de que é imprescindível ter clareza acerca da perspectiva com que se trabalha. Ou seja, se estou recebendo o depoimento de alguém que viveu a década de 30 mas entrevisto-o na década de 70, é necessário atentar para este fato não como um detalhe, mas como ponto de partida e referência do trabalho de pesquisa. Vejo a década de 30 a partir do olhar de um sujeito que a vivenciou, e continuou vivenciando ou “experimentando”, como coloca Thompson⁴⁴, seus

⁴⁴ - THOMPSON, E.P. “O Termo Ausente: A experiência”. In.: A MISÉRIA DA TEORIA, RJ, Zahar, 1981.

desdobramentos no anos posteriores, ou seja, adquiriu novas experiências, e reelaborou sua memória acerca da mesma, a partir dessa vivência específica - que é temporal/espacial e particular.

Nesse caso, cabe considerar que também o tratamento com as fontes orais levantou questões que também se colocam às escritas.

Segundo a história positivista o trato com as fontes escritas de forma geral deveria admitir o procedimento de controle da subjetividade, em outros termos a neutralidade do historiador. Creio, no entanto, que quando trabalhamos com história social há peculiaridades a serem observadas. A história social ao contrário da história política (positivista) e mesmo a história social (dos Annales), postula e assume o compromisso em resgatar a dinâmica social: a cultura/criação histórica dos sujeitos sociais para fazer emergir os conflitos e sua compreensão. Conflitos que são de interesses no qual o sujeito historiador de qualquer forma está envolvido. E a partir daí, poderemos apontar caminhos possíveis, sem contudo incorrer no equívoco de produzir “receitas”, fórmulas prontas para o pesquisador.

Esta perspectiva historiográfica, que busca resgatar a memória popular não poderia fazê-lo de maneira “ideal”, alijando do processo a “memória viva”. Há nesse campo mais um problema que está relacionado com a produção de fontes pelo historiador. Já no nascimento do CDP seus membros se preocupavam e colocavam a questão de que não havia interesse por parte de fontes oficiais (jornais, revistas, outras) de preservar a memória de acontecimentos da chamada

classe dominada. Assim, o compromisso do CDP era o do resgate na perspectiva dos próprios movimentos.

Um dos meios de criar um campo de trabalho de pesquisa, ou preservar a memória dos movimentos sociais é estar atento às fontes orais - providenciar seu acervamento, e mais que isso, produzir trabalhos de pesquisa a partir destas.

Contudo algumas dúvidas ainda insistem: em que medida é possível esse trabalho? Ou em que medida estes podem ser úteis? Qual o alcance da História Oral? Indagações estas que estamos iniciando e que colocam problemas de igual pertinência tanto teórica como metodológica. Avançar nesta direção provavelmente nos remeterá a repensar o trabalho com as fontes e até mesmo o equacionar as atividades do Historiador tal como vimos realizando?

Por outro lado, há outra preocupação que precede a recuperação das fontes. Tomando por exemplo a proposta dos Sindicalistas na 1ª. Mostra Pública realizado pelo CDP pode-se observar que há uma preocupação em preservar a trajetória de suas organizações. Já no caso dos trabalhadores não-organizados, a preocupação é diferente. Estes nem sempre reconhecem sua memória, ou sua identidade, ou se colocam enquanto sujeitos da história. A preocupação com sua memória ao contrário da primeira, torna-se uma preocupação dos pesquisadores que investem na história Social. Sob este aspecto fica a seguinte questão: Que metodologia empregar, como produzir as fontes? Qual a lógica a ser perseguida? Como selecionar esta fonte, e como dialogar com ela, se até o próprio fato de recuperá-la se torna parte do processo de investigação, dada a especificidade das relações que se estabelece entre entrevistado e entrevistador. Problematizar esta

questão hoje se torna cada vez mais uma necessidade. O interesse de preservação da memória oral serve a que interesses? Acadêmicos, militantes ou a outras finalidades?

Em que medida a história social pode dar sua contribuição para avançar no equacionamento destes problemas ? É sempre possível pautar-se na lógica dos movimentos? No caso dos movimentos organizados não há uma relação com o “status quo” que interfira em suas elaborações? E por outro lado, recuperar essa inter-relação não deve ser também parte do trabalho a ser realizado? Ou será que tentar resgatar uma memória isenta dessas relações não é também sacralizar uma outra visão de mundo?

E ainda em que medida a história social pode contribuir para a preservação dessa memória e ao mesmo tempo estabelecer um diálogo constante com os movimentos? Como romper a barreira entre o leigo e o “especialista”?

No caso dos não-organizados como reconstituir sua intervenção na sociedade, como interferem em determinadas situações ou conjunturas? O que move suas respectivas intervenções no momento histórico? Se considerarmos a sociedade como um todo, resultado de relações heterogêneas, por que valorizar relações sacramentadas e não aquelas que não foram institucionalizadas pelos órgãos públicos e privados ?

Por outro lado, antes de novamente nos postarmos como defensores da História social não seria interessante inquirirmos sobre o alcance desta perspectiva no confronto entre as outras tendências historiográficas que estão consolidadas na Universidade. A quem interessa resgatar a dinâmica dos

movimentos sociais ? E as transformações? Quem são os agentes que buscam transformar a sociedade?

Acredito que responder a estas questões e tantas outras requer antes de tudo um posicionamento quanto à perspectiva que se pretende assumir, e como coloca a historiadora Déa Ribeiro Fenelon⁴⁵, explicitar compromissos assumidos no presente, que de certa forma, creio, norteiam nossos horizontes no trabalho de pesquisa histórica. Por outro lado, nem todas as perguntas tem respostas e quando as temos, na maioria dos casos, são respostas provisórias. Como a história está em constante construção, os parâmetros com os quais a observamos devem também estar em movimento, caso contrário tornar-se-ão anacrônicos.

No caso dessa perspectiva da História Social, buscar ouvir e respeitar a lógica dos movimentos, encarar os sujeitos como “inteiros” ou seja, parte de um processo cultural (social, econômico e político), sabendo que estas partes não se dissociam e dialogar com elas resultará numa visão, uma interpretação de mundo que emerge de uma lógica (interna) ao movimento que lhe é própria, através da observação de suas evidências.

Assim, ao buscar refletir algumas problemáticas elencadas, é meu interesse apontar para a proposta de pensar a importância da história social, não apenas no nível acadêmico (considerando aqui os “pesquisadores” e os “resultados” obtidos no trabalho de recuperação dos fatos) mas também ao nível da relação histórica/sociedade e dos desdobramentos possíveis dessa realidade (particularmente aqueles ligados aos movimentos sociais/populares e sindicais).

⁴⁵ - FENELON, Déa Ribeiro. Trabalho, Cultura e História Social: Perspectiva de Investigação. ANPUH, SP, 1984.

Penso em particular nesse caso, sem tornar públicos os resultados do trabalho, de forma a permitir por parte dessa sociedade (ou grupo, movimentos, entidades) um movimento de auto-reflexão, que propicie crescimento para a mesma. Auto-reconhecer-se já é em si um grande resultado e, se o trabalho do historiador viabiliza elementos que tornem essa reflexão possível, a história já terá avançado muito em suas tarefas - sobretudo a de ser um dos instrumentos na busca de transformações sociais.

Cabe lembrar que a história não pretende apenas preservar a memória desses movimentos, mas buscar compreender as formas tanto de dominação quanto de sua resistência -assimilação-acomodação⁴⁶, nas suas diversas formas de manifestações, nas práticas cotidianas. É não só a verificação de um processo de dominação, mas a sua identificação nos diversos campos onde este se encontra. E estamos certos de que estas circunstâncias em que se materializa esse processo de dominação de uns grupos sobre outros não se limita apenas ao campo político ou econômico, mas atinge os diversos âmbitos da vida cotidiana desses grupos sociais.⁴⁷

A partir dessas reflexões é que acreditamos ser possível encontrar caminhos alternativos na luta cotidiana pela transformação do social.

Por outro lado, é preciso ter claros conceitos como o que seja o significado do termo “social”. O termo já foi associado em outros tempos às classes mais baixas, a “ralé”. Contudo nos últimos anos a Historiografia tem

⁴⁶ - HOBBSAWM, E. J. De la Historia Social a la Historia da Sociedade, in: Revista História Social, n. 10, Valência, 1991

⁴⁷ - FENELON, Déa Ribeiro. Trabalho, Cultura e História Social: Perspectivas de Investigação. ANPUH, 1984.

trabalhado no sentido de repensar o significado das categorias. Nesse sentido, nas últimas décadas a historiografia marxista tem buscado apontar para o social com um significado mais amplo, mais abrangente. Passa a designar com o termo, ou a fazê-lo entendido como, o cotidiano das pessoas, nos seus diferentes grupos, com suas diferentes formas de representações.

Dessa forma, noções como o conceito de “luta de classes” que anteriormente designava a oposição entre duas classes definidas (opressores e oprimidos⁴⁸) ganham agora uma nova dimensão. Deixa de ser um conceito fechado, uma categoria estática, para tornar-se categoria em construção, parte dos processos de onde emergem. No caso da experiência do movimento operário, o marxismo ortodoxo visualizava o proletariado “enquanto a classe revolucionária por missão”. Somente as ações realizadas nesse sentido podiam ser entendidas como ação dessa classe. Assim, muitos são os exemplos na historiografia oficial, de movimentos operários ou outros que foram relegados ao esquecimento por não representarem esta perspectiva teórica, na prática. Contudo, a partir de um movimento de releitura, revisão ou reelaboração dentro do próprio marxismo, as considerações são outras: Não é agora somente a revolução uma manifestação do proletariado (como se colocava na perspectiva marxista ortodoxa), mas há uma preocupação na historiografia em resgatar as demais manifestações, a dinâmica social sem se reter no proposto, mas que também busquem transformações ou mudanças sociais. Assim, revalida a noção de “experiência de vida” conforme suas condições reais de existência, como suporte da reprodução e da luta de

⁴⁸ - MARX, K. O Manifesto Comunista. In.: Marx e Engels, Textos, 3 volumes, SP, Edições Sociais, 1975.

classes.⁴⁹ O que realmente interessa é conhecer a trajetória concreta dos movimentos no seu “fazer-se”⁵⁰. Buscar recuperar as formas de experiências dos movimentos populares nesse fazer-se, não é tarefa simples - é preciso buscar o registro direto desses movimentos e em muitos casos essa tarefa é quase impossível.⁵¹

Por outro lado, a heterogeneidade de suas manifestações é também um fator fundamental. Além do que, é também pertinente observar as diferentes formas e usos da linguagem. Assim, como os acontecimentos, a linguagem é também matizada por um momento histórico determinado. Tratam-se de falas ou discursos pautados numa interpretação gerada a partir da experiência do respectivo grupo ou movimento que a produziu.

Pensando nas diferentes linguagens visualizamos um segundo problema a ela relacionado: a questão da democratização do conhecimento construído a partir do trabalho realizado pela história social. O movimento de “apreensão/devolução” das manifestações desses movimentos é de certa forma, uma tarefa complexa. O processo tem necessariamente que compreender a linguagem dos movimentos no momento de sua “recuperação” historiográfica e ao lado disso, reelaborar sua memória, sem contudo mistificá-la ou fazer uma cisão entre o seu significado evidenciado na experiência vivida e o elaborado por sua memória.

⁴⁹ - PAOLI, M.C. “Os Trabalhadores Urbanos Na Fala dos Outros”.TEMPO, ESPAÇO, E CLASSE NA HISTÓRIA OPERÁRIA BRASILEIRA.p.57.

⁵⁰ - THOMPSON, E.P. “ A Formação da Classe Operária Inglesa”, Paz e Terra, 3V.,1987.

⁵¹ - PAOLI, M.C.”Memória, História e Cidadania: O Direito ao Passado”. In.: DIREITO À MEMÓRIA, Secretaria Municipal Cultura São Paulo, SP, 1992,p.60.

Contudo, esta é uma dificuldade que deve ser enfrentada. Os centros de documentação que, a exemplo do CDP, assumem essa perspectiva da história social - a de recuperar a memória dos movimentos populares/sindicais e democratizá-la - não podem, por sua vez, recolher e sacralizar a documentação produzida por esses movimentos. Sua tarefa é antes, democratizar o conhecimento e o uso dessas fontes, tanto por historiadores como pelos movimentos. É preciso de certa forma, legitimar a memória desses movimentos sem contudo desvinculá-la de seu sentido original - sem torná-la uma história institucionalizada. Torno a insistir no fato de que as experiências são particularizadas e não podem ser generalizadas ou tornadas “modelos” que substituam os antigos, já tão questionados.

Neste caso, devemos atentar para as considerações de Olga Brites⁵², com relação a fala do “especialista” que fica na condição exclusiva de competente para falar, e para falar aos leigos - nesse caso aos movimentos populares - acerca do significado de suas experiências (as do próprio movimento). Esse é um dos cuidados que cabe ao historiador social - respeitar as fontes, buscar dialogar com elas, acima de tudo, respeitando os sujeitos que as produziram. Acredito ser um dos caminhos possíveis para alcançar este objetivo. Desqualificar as concepções, práticas e saberes populares tornou-se prática constante na fala dos especialistas.

As experiências, propostas e projetos são subjugados em nome da tradição, preservando a imagem de uma sociedade harmônica. Dessa forma, o especialista torna-se autoridade para falar de uma experiência que não é sua, e ao

⁵² - BRITES, Olga. “Memória, Preservação e Tradições Populares”. In.: DIREITO À MEMÓRIA, Secretaria Municipal Cultura São Paulo, SP, 1992.

contrário de recuperá-la, toma-a segundo suas próprias concepções, ignorando o seu significado inicial, aquele concebido pelo grupo que a produziu.

Thompson⁵³ coloca com clareza a necessidade de atentar para a experiência vivenciada pelos diferentes grupos sociais, situadas em seu tempo e espaço. Experiências estas que são, segundo este autor, “experimentadas” de formas diferentes pelos sujeitos, e portanto, conduzem a manifestações, seja na cultura, política, economia, ou nos diversos comportamentos cotidianos elaborados por estes grupos.

Nesse sentido, um dos problemas enfrentados é a constante busca de modelos que expliquem ou exemplifiquem a realidade. Na verdade, ao buscar recuperar a história dos movimentos populares ou sindicais encontramos as mais diversas formas de manifestações de suas experiências. Seria por demais complicado insistir na idéia de criar modelos de apreensão/compreensão da realidade. Mais uma vez, Thompson trabalha com uma idéia de importância premente - a de perceber nestes movimentos, através de suas ações ou da inscrição documental que delas derivam, uma lógica que lhes é própria, e intransferível. Suas intenções e objetivos estão ligados a esta lógica, que é nascida de sua experiência, vivenciada conforme condições reais de existência, aliadas às relações que estabelecem entre si e com os outros.

A prof.a. Déa Ribeiro Fenelon lembra em seu texto “O Historiador e a Cultura Popular” que enquanto historiadores (na perspectiva da história social):

⁵³ - THOMPSON, E.P. Op.Cit.

“... nosso objeto é a transformação, a mudança, o movimento, o interesse em saber como e por que as coisas aconteceram, principalmente para descobrir o significado e a direção da mudança.”⁵⁴

Contudo, perceber esta mudança, requer por sua vez uma clareza maior quanto ao conceito do que seja a “experiência” proposta em Thompson. Na concepção como a de Althusser, esse termo é recusado em nome do empirismo, que relega qualquer manifestação que lembre subjetividade. Para Thompson,

“ os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez sobre sua situação determinada.”⁵⁵

Assim, se refletirmos acerca da grande heterogeneidade de experiências possíveis, chegaremos a concluir que as “categorias”, mesmo as que emergem dessa lógica dos movimentos, de sua experiência, não podem ser finitas. Do contrário, recairíamos nos mesmos equívocos que contestamos. As categorias são produzidas no confronto, ou seja nas relações estabelecidas entre os grupos, sejam de contestação ou mesmo concordância.

⁵⁴ - FENELON, D. O Historiador e a Cultura Popular: História de Classe ou História do Povo?, In.: REVISTA HISTÓRIA E PERSPECTIVAS, n.6, UFU, 1992.p.10.

⁵⁵ - THOMPSON, E.P. “O termo Ausente: a experiência”.In.: A MISÉRIA DA TEORIA.RJ, Zahar, 1981.

Pensar os conceitos ou as categorias construídas na perspectiva da historiografia social, não são com certeza, as únicas questões a serem analisadas.

Outra dificuldade que se observa refere-se à questão da metodologia. Sabemos que esta perspectiva baseia-se no diálogo com as fontes de onde a análise das evidências permite resgatar a lógica dos movimentos, sua organização, proposições e evidentemente, a recuperação da experiência.

Assim, encontramos algumas referências metodológicas nas obras de E.P. Thompson⁵⁶ cuja perspectiva em relação às fontes (evidências) tornam-se imprescindíveis para proporcionar o resgate do processo histórico. O diálogo com as evidências na verdade é que conduz o trabalho de investigação, ao contrário de práticas anteriores que de antemão oferecem seus pressupostos de antemão como resultados e só vão “à história” para confirmá-los. É parte desta herança positivista que nos conduz a conservar no recôndito de nossas considerações uma certa “prudência” quanto às questões do método. É contra essa herança que empreendemos um embate, no sentido de perceber que inerente a essa concepção do método há também uma concepção política que representa uma dada “visão de mundo”. A crítica que empreendemos a esta herança é que ela é apenas uma das diversas possibilidades e portanto, não deve ser sacralizada.

Cabe notar que esta perspectiva valida apenas a visão de mundo de alguns, negando a ação dos demais. Dessa forma, seguindo os modelos já sacralizados, busca-se no “real” as categorias abstraídas pela teoria.

⁵⁶ - A exemplo dessas obras podemos citar as utilizadas por este trabalho como “A Miséria da Teoria”, “A Formação da Classe Operária Inglesa”.

É nesse sentido que a História Social tal como pensamos critica as categorias enrijecidas e busca novas formas de “construí-las”, de forma que possibilitem tanto a compreensão quanto a recuperação historiográfica dos mesmos. Atentando também para o fato de que esse diálogo com as fontes permite visualizar os “sujeitos” e ações a partir do ponto de vista deles mesmos. Dessa forma, permitindo que cada experiência seja única naquilo que diz respeito a conflitos, críticas, mudanças, transformações. Percebendo que as relações estabelecidas por estes sujeitos seja “intra-classe” ou entre “classes” não pode ser negligenciada. Elas constituem em seu conjunto partes do processo que se desenrola, e são portanto, elementos importantes na busca de sua compreensão. Permitem remontar à ideia de processo, da dinâmica que implementam no seu caminhar.

Cabe ainda refletir nesse sentido que na historiografia tradicional encontra-se uma deferência às questões econômicas e políticas, em detrimento das sociais, culturais, que são por sua vez, marginalizadas.

Na perspectiva que vimos assumindo esta divisão das esferas do conhecimento/separação entre o econômico/político/e a cultura parece consistir um obstáculo a recuperação da constituição das relações sociais. A experiência dos sujeitos históricos não pode ser resgatada de forma compartimentada porque todas as ações dos sujeitos estão inseridas numa sociedade histórica a qual compreendemos sempre é política, o que envolve necessariamente valores. Assim pensamos que a cultura não diz respeito ou não se coloca num espaço

determinado da sociedade ,ela é construção/resultado constante de conflitos de interesses, os quais são ao mesmo tempo econômicos, políticos e sociais.

Não se pode fazer desses elementos uma “colcha de retalhos”. Eles juntos e articulados, compreendem o caminho para perceber o movimento/transformação, mudanças, os conflitos, em suma o processo histórico. Exemplos desta compreensão ficam latentes na recuperação da memória, esta não separa aspectos afetivos do econômico e do que se denominou academicamente o lugar do político.

Cabe nesse sentido, avaliar por um momento qual seja a importância de preservar a memória de movimentos populares, e mesmo questionar por que até então, no momento em que se iniciam os questionamentos revisionistas na historiografia marxista, os mesmos foram relegados ao esquecimento. Seria apenas uma prática política, ou também sócio-cultural? Poderia ser considerado este fato como um elemento na análise do processo de dominação que se verifica nas relações estabelecidas na sociedade? Para a História Social é preciso ficar claro que as práticas de dominação existentes não se circunscrevem apenas nas esferas político-econômicas. Pelo contrário: estão disseminadas em todas as áreas, ocupando inclusive espaços na cultura, na religião, entre outros.

Vale observar que da mesma forma que os “mecanismos” de dominação estão disseminados por toda parte, também as formas de resistência ganham espaços outros que não os dos movimentos organizados - sejam eles entidades religiosas, políticas, sindicais ou outras.

A História Social, na perspectiva dos marxistas ingleses além de contribuir com sua discussão metodológica, permite também expandir os horizontes do pesquisador quanto aos “objetos” de estudo. O fato de considerar as experiências do cotidiano, sejam elas vivenciadas a nível da cultura, religião, trabalho, política, da economia- entre tantas outras, permite perceber, de forma mais ampla as diversas formas de manifestação das “experiências” desses grupos.

Valida assim a tentativa do historiador de buscar compreender o sujeito como um “ser” integral - não como compartimentado - mas sim, como sujeito e agente de seus processos, numa relação que é acima de tudo dinâmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de trabalho no CDP, a recuperação ainda que “provisória” de sua montagem consistiu em um trabalho que permitiu apontar e realizar várias reflexões. Cabe contudo, reforçar que nesta monografia não pretendi formular respostas definitivas quanto ao significado do CDP. Acredito que sua própria dinâmica e as exigências colocadas pelos movimentos sociais e as necessidades do Curso de História irão forjando seu caráter, sua identidade.

Vale, no entanto, observar que além do CDP apresentar importante contribuição no sentido de aliar ensino-pesquisa-extensão propicia a oportunidade e no meu caso particular, de aprofundar e melhor compreender as duras artimanhas do ofício cuja escolha pressupõe opções e compromissos políticos.

Por outro lado, a experiência em resgatar a trajetória do CDP e seus desdobramentos permitiu considerar que sua dinâmica prende-se às práticas e posturas dos agentes, os quais assumem e defendem a necessidade de preservar a memória dos movimentos sociais. Seus diversos momentos de implementação/organização, demarcam posturas políticas diferenciadas e indicam como o CDP, enquanto instituição se insere nos embates políticos colocados pela atual conjuntura. De um lado, propiciando materiais, documentação, e de outro intervindo concretamente para a reflexão sobre o significado dos conflitos.

Permitiu também, particularmente, uma experiência concreta de trabalho com as fontes populares: sua recuperação, seu acervamento, a observação de sua lógica diferenciada, sua diversidade de linguagens e as múltiplas expectativas. Fatores estes que conduziram a reflexões e reavaliações acerca de minhas próprias concepções teóricas e práticas, dos compromissos do historiador, de seu papel social enquanto observador e agente histórico. A minha participação em eventos como a I Mostra Pública do CDP, da publicação de uma revista em homenagem prestada a Florestan Fernandes, permitiram o contato com outros segmentos da sociedade e de certa forma, de sua reação/aceitação ao trabalho que realizamos. Essas avaliações é que, em boa medida, suscitaram o interesse por melhor compreender a perspectiva de trabalho adotada, e até mesmo a clareza da necessidade de que se amplie o debate acerca da mesma. Nesse sentido, ao buscar refletir esta perspectiva na III Parte deste trabalho busquei caminhos que pudessem conduzir a esta compreensão. Por sua vez, essas reflexões, que foram possíveis nesse momento, deixaram outras que, num outro momento, pretendo desenvolver. Entre elas, o interesse por conhecer a formação de outros Centros de Documentação Popular, de forma mais aproximada, e perceber as relações que estes estabelecem com os movimentos, com a comunidade, seus compromissos e posturas políticas. E mesmo suas dificuldades nessas relações e os avanços conseguidos. Por outro lado, fica também clara a necessidade de continuar o trabalho de reflexão acerca da perspectiva historiográfica adotada, visando amadurecer estas reflexões e suas repercussões no social.

Sob este aspecto, posso dizer que essas experiências vieram propiciar um enriquecimento significativo em minha formação. Devendo atentar aqui para a importância do Programa de Iniciação Científica, o qual tem possibilitado uma experiência de trabalho para o pesquisador ainda no seu período de formação, nas mais diversas áreas. De certa forma, faz com que muitas questões venham à tona em um momento que considero bastante oportuno: aquele em que o pesquisador ainda mantém o diálogo com sua formação, bem como está inteirado dos debates que a fundamentam. Permite ainda que se realize as primeiras experiências de trabalhos como escrever um artigo, organizar um cartaz ou outro documento. No caso do historiador especificamente, até mesmo tomar contato com as práticas de tornar públicos os resultados de seu trabalho. Considero, particularmente, muito importantes todas estas experiências.

Permite, por outro lado, o contato com as divergências, dificuldades e mesmo deficiências de formação enquanto profissional, o que considero positivo na medida em que propicia os debates acerca das mesmas no interior da academia e mesmo na sociedade, já durante este período de formação. Nesse sentido, amplia o horizonte crítico do educando, que torna-se dessa forma, um profissional capaz de realizar reflexões críticas sobre as suas práticas e concepções.

Pessoalmente desejo apontar ainda o meu próprio caminho na reflexão. Em princípio não percebia uma postura ou um compromisso com as questões que constituíam o trabalho no Centro. À medida porém, que me envolvia nas atividades do mesmo, fui tecendo considerações e a partir destas assumindo um

referencial teórico e prático. Hoje, ao final do trabalho, posso dizer que já tenho mais claros os referenciais que norteiam minha prática e visualizo com uma maior clareza os compromissos que assumi no processo de formação.

Angustia sobretudo o fato de também perceber que me encontro num momento em que os questionamentos são mais evidentes que as respostas. Contudo, como historiadora, sei que meu caminho será pautado nas dúvidas, questionamentos, indagações que surgirão nas relações que estabelecer com a própria história. São estes questionamentos que possibilitarão a tentativa de avançar nas reflexões e práticas que constituir. Importa, acima de tudo, o fato de ter aprendido na “prática” que o trabalho do historiador não se esgota na análise de uma fonte, ou na elaboração de um relatório, ou mesmo de uma reflexão sobre determinado assunto. Na história, o constante movimento social, especialmente no campo em que fiz minha opção enquanto profissional, permite refazer as reflexões já feitas infinitamente, pois as possibilidades de visão e/ou interpretação da realidade dessa sociedade são também infinitas. Tornar finito o trabalho do historiador é desistir da mudança, da transformação, do movimento dinâmico da sociedade.

FONTES

GUIA DE PESQUISA CDP, UFU, 1995, mimeo.

ATAS Reunião CDP, 1989 a 1991.

Jornal do CDP, Ano 01, no.00,

CDP INFORMA - Ano 2, junho/90, no.5.

CDP INFORMA - Ano 3, março/91.

JORNAL DO CDP - Centro de Documentação Popular, 00, no.2, out/89.

JORNAL DO CDP - Centro de Documentação Popular, ano 1, julho/89.

ESTATUTO CDP - Centro de Documentação Popular, 1989.

FOLDER CDP - I MOSTRA PÚBLICA PROJETO CDP, Abril/1995.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, P.R e LAVERDI, R."PROJETO CDP - A Construção da Memória Popular".In.: Boletim CDHIS, no. 12, ano 7, Udia, 1994.

BALCÃO, Nilde. Memória e Acompanhamento do Movimento Operário, in.: REVISTA TEMPO E PRESENÇA, Cedi, ago,1987.

BELLOTO,H.L. Arquivos, Bibliotecas e Museus: Fronteiras Definidas, in.: ARQUIVO RIO CLARO, R. Claro, SP, 1982.

CASTORIADIS,C. A Experiência do Movimento Operário, SP, Brasiliense, 1985.

CERTEAU, M. A Operação histórica. In.: Le Goff,J. e Nora,P.(org). História: Novos Problemas, RJ, Francisco Alves, 1979.

CHAUI, M. Conformismo e Resistência, SP, Brasiliense, 1986.

FRANCO, A.P." A Sobrevivência da Memória Popular", UFU, Udia, 1990.Mimeo.

FENELON, D.R. O Historiador e a Cultura Popular: História de Classe ou História do Povo, IN.: Revista História e Perspectivas, N.6, UFU,1992

_____.Trabalho,Cultura e História Social: Perspectiva de Investigação,ANPUH,SP, 1984.

_____.E.P.THOMPSON. História e Política, texto mimeo.Nov/1993,
PUC.SP

FERREIRA,M.M.”História Oral: um inventário das diferenças”. In.: ENTREVISTAS ABORDAGENS HISTÓRIA ORAL.

HAUPT,Georges. L’HISTORIEN ET LE MOUVEMENT SOCIAL, Paris,
Françóis Maspero, 1980, p17-44.Trad.Yara Aun Khoury.

HOBSBAWN,E.J. De la Historia Social a la Historia da Sociedade, in: Revista História Social,n. 10,Valência,1991.

GRELE, R.J.”La Historia y sus lenguajes en la entrevista de Historia Oral: Quién contesta a las preguntas de Quién e por que”.In.: HISTORIA Y FUENTE ORAL. Barcelona,1989.

MAGALDI,C. “O Público e o Privado: Propriedade e Interesse Cultural”.In.: DIREITO À MEMÓRIA, Secretaria Municipal de Cultura, SP, 1992.

MARX,K. O Manifesto Comunista. In.: Marx e Engels, Textos, 3volumes,
SP,Edições Sociais,1975.

MEIHY,José Carlos Sebe Bom. “História e Memória ou Simplesmente História Oral?”

PAOLI, M.C.”Memória, História e Cidadania: O Direito ao Passado”.In.: DIREITO À MEMÓRIA, Secretaria Municipal de Cultura, SP, 1992.

_____. "Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros". Tempo, Espaço, e Classe na História Operária Brasileira. (LOPES, J.S.L.(org.) Cultura e Identidade Operária. SP, RJ, Marco Zero, UFRJ, 1987.

Projeto "CDP: A Construção da Memória Popular, 1982-1990". Paulo R. Almeida (Orientador), Leila Almeida e Robson Laverdi (alunos Curso de História).

Projeto "A Experiência dos Trabalhadores na Constituição do Espaço Urbano - Udia - 1950 -1994". Coraly Gará Caetano (Departamento História).

SCHWARTZ,B."Patrimônio Histórico e Cidadania: A Experiência Inglesa".In.: DIREITO À MEMÓRIA, Secretaria Municipal de Cultura, SP, 1992.

SILVA,Olga Brites. "Memória, Preservação e Tradições Populares".In.: DIREITO À MEMÓRIA, Secretaria Municipal de Cultura, SP, 1992.

THOMPSON,E.P. A Miséria da Teoria, RJ, Zahar, 1981.

_____.A Formação da Classe Operária Inglesa, Paz e Terra, 3v.,1987.